

# É só mais uma crise

*JORGE MIGLIOLI\**

A atual crise não é uma novidade. Além do movimento cíclico usual de subidas e descidas do nível de produção, às vezes também ocorrem crises. Até recentemente, a mais conhecida foi a de 1929-1932, que abalou os Estados Unidos e os países capitalistas europeus, com repercussões em outras áreas do mundo, inclusive no Brasil. A atual também assume graves proporções. Começou e se agravou como um problema de insuficiência de demanda para absorver a existente capacidade efetiva ou potencial de produção; portanto, usando uma conhecida designação, poderia ser chamada de “crise de superprodução”.

## **Os ciclos econômicos**

As crises, que são momentos mais profundos de depressões, em geral são precedidas por um período de expansão da economia, quando crescem os gastos com bens de consumo, em especial com bens duráveis (residências, automóveis, eletrodomésticos etc.), e aumentam as encomendas e as compras de bens de capital. Ao crescimento dos gastos corresponde a elevação das vendas e daí também dos lucros e do montante de salários (decorrente do maior emprego de trabalhadores), gerando novos gastos, em um efeito multiplicador positivo: aumentos provocando novos aumentos. E nessa fase também crescem as aplicações financeiras, aí incluindo a compra de ações de empresas, cujos valores sobem bastante.

Quando a economia entra em recessão o efeito multiplicador é negativo: a contenção de despesas, e, portanto, a redução de vendas e rendas (lucros e salários)

---

\* Professor colaborador do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP.

provoca novas quedas de vendas e assim sucessivamente até atingir o ponto de estagnação econômica, o qual, por sua magnitude e duração, pode constituir-se como uma verdadeira crise.

O período de expansão converte-se em recessão quando os gastos começam a diminuir. A capacidade produtiva instalada atinge um nível acima do necessário para atender à demanda existente, o que é agravado pelo fato de que, no período anterior, os capitalistas ampliaram as encomendas de bens de capital, parte dos quais só entra em funcionamento já na fase de recessão. Os capitalistas reduzem seus investimentos. Cresce a taxa de desemprego de trabalhadores e possivelmente cai o nível salarial, situações que provocam a redução de seu consumo. As aplicações financeiras e os valores das ações diminuem. Tudo isso favorece a formação de atitudes cautelosas, quando não pessimistas, prejudicando a recuperação econômica.

A capacidade produtiva se deprime por causa dos baixos investimentos, do desgaste e da obsolescência do estoque de capital fixo, da falência de empresas etc., até chegar ao ponto em que mais ou menos se equipara ao nível da diminuída demanda efetiva. A partir daí, com a perspectiva de que a demanda deve aumentar, às vezes incentivada pela queda dos preços e dos juros, inicia-se um novo processo de recuperação e, depois, de expansão econômica. Esta é uma descrição bastante resumida dos ciclos, não estando incluídas as eventuais influências internacionais (de comércio e fluxo de capitais e de rendas) e supondo um regime econômico liberal. Quanto mais um país estiver relacionado com o mundo exterior, maior será a interferência desse mundo em sua economia. Por sua vez, o governo desse país, mesmo sob o domínio da doutrina liberal, se vê obrigado a atuar no processo dos ciclos, mais precisamente nas fases de recessão e depressão, tentando impedi-las ou pelo menos diminuí-las, adotando medidas de incentivos: aumento de seus gastos, auxílios de crédito, redução das taxas de juros, corte de impostos etc.

### **A crise atual**

A crise atual espalha-se pelo mundo. Como exemplos vamos ver a situação de alguns países situados em diversos continentes. O caderno de economia da *Folha de S.Paulo* de 24 de maio de 2009 apresenta, desses (e de outros) países, dados sobre o crescimento negativo do Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro trimestre deste ano e a atual taxa de desemprego (colocada entre parênteses), em termos percentuais: Canadá: -3,4 (8,0), União Europeia: -6,2 (8,9), Rússia: -23,2 (10,0), Japão: -4,0 (4,8) e Brasil: -2,3 (9,0).

Mas o centro irradiador dessa crise está nos Estados Unidos e por isso vamos concentrar-nos em sua economia. Como é de hábito, essa crise se insere no movimento cíclico característico das economias capitalistas, só que assumindo agora maiores proporções, como já aconteceu em 1929-1932.

Para não retroceder muito no tempo, podemos tomar como ponto de partida a segunda metade da década de 1990, quando o Produto Interno Bruto dos Estados

Unidos aumentou mais de 4% ao ano, o que é uma alta taxa de crescimento para uma economia capitalista desenvolvida. Em 2001-2002 houve um tropeço (taxas anuais de apenas 1,1 e 1,8%), mas em 2003 iniciou-se um processo de recuperação que continuou até 2006. No ano seguinte, a economia começou a dar sinais de estagnação, apresentando taxa negativa (-0,2%) no último trimestre. A situação piorou em 2008 (taxa anual de -6,3%) e continuou declinando no começo de 2009 (taxa de -6,1% no primeiro trimestre). A crise já estava instalada.<sup>1</sup>

Vejam os que aconteceu com os diversos componentes do PIB norte-americano nos últimos anos. O *consumo de serviços* manteve seu roteiro de crescimento lento, só decaindo um pouco no segundo semestre de 2008. O *consumo de bens não duráveis* (isto é, o consumo de alimentos, bebidas, materiais de higiene, medicamentos etc.) também aumentou moderadamente por toda a década de 1990 e até 2007, mas diminuiu bastante nos dois últimos trimestres de 2008 (-7,1% e -9,4%). Os principais motivos dessa queda foram a inflação de preços, o desemprego de trabalhadores e a eventual redução de salários. Compensando um pouco esse impacto negativo e já com a crise anunciada, a taxa de juros começou a diminuir no segundo semestre de 2007, passando de 5,25% em junho para 4,24% em dezembro, e chegando a 0,25% no fim de 2008 e no princípio de 2009. Em 2008, a taxa de inflação oscilou em torno de 4% a mais de 5%, só decrescendo em dezembro e nos meses seguintes, já em 2009. A taxa de desemprego subiu de 5% para mais de 6% em 2008 e de 7,2% para 8,9% de janeiro a maio de 2009. Quanto aos níveis de salários reais nesses anos, não encontramos dados conclusivos, mas podemos facilmente admitir que seu montante tenha caído em razão do desemprego e da inflação.<sup>2</sup>

O *consumo de bens duráveis* (eletrodomésticos, móveis, automóveis etc.) seguiu um moderado percurso de crescimento, mas em 2008 sua queda foi muito grande, em especial nos dois últimos trimestres (-14,5% e -22,1%), continuando no primeiro trimestre de 2009 com -7,1%. Além dos diversos motivos desfavoráveis apontados acima, a redução das despesas com bens duráveis também decorre do fato de que, em uma situação de insegurança, as pessoas dão mais importância a seu consumo cotidiano, suprimindo ou adiando para o futuro a eventual compra desses produtos.

Mas o problema maior está no *investimento* que é um fator fundamental na evolução da economia. Quando seu valor *bruto* é maior do que a depreciação (ou desgaste) do estoque de capital fixo, então sua parte restante, ou investimento

---

1 Todos os dados do PIB norte-americano e de seus componentes são do Bureau of Economic Analysis do Departamento de Comércio dos Estados Unidos.

2 Os dados do emprego de força de trabalho e do índice de inflação são do Bureau of Labor Statistics do Departamento de Trabalho dos Estados Unidos. Lamentavelmente não encontramos, em várias fontes, dados sistemáticos sobre a variação do salário médio real ao longo dos anos; alguns números mais recentes parecem indicar uma queda dos salários industriais durante 2008, com recuperação nos primeiros meses de 2009.

*líquido*, corresponde a um acréscimo desse capital, ou seja, um aumento na capacidade produtiva dessa economia, também incentivando a expansão do emprego de força de trabalho. Se o investimento (seja bruto ou líquido) começa a decrescer antes mesmo do aparecimento de uma crise, isso é manifestação da existência de um excesso de capacidade produtiva, que acaba por estimular a própria crise, por seu efeito multiplicador negativo. Nos Estados Unidos, o investimento bruto total (e dentro dele o investimento em capital fixo) começa a declinar já em 2006 e assim continua nos anos seguintes até atingir -24,2% no último trimestre de 2008 e -50,9% e 20,4% nos dois primeiros trimestres de 2009.

Ainda nesse tema, o que mais chama a atenção é o comportamento dos *investimentos residenciais* (construções de casas e apartamentos), cujas taxas de declínio também começaram em 2006, quando ainda não se falava em crise, e prosseguiram nos anos seguintes, alcançando -27% nos últimos meses de 2007, -22,8% no trimestre final de 2008 e -38% no primeiro trimestre de 2009. A causa da crise nesse setor foi a incapacidade de pagamento – por parte sobretudo das pessoas de renda mais baixa – dos imóveis que elas começaram a comprar, frequentemente com recursos de empréstimos.

Para expandir suas compras, em especial de bens duráveis, aí incluindo residências, as famílias precisam recorrer com frequência a empréstimos. Nos Estados Unidos seus valores aumentaram rapidamente: equivaliam a 90% das rendas familiares no ano 2000 e passaram a 120% em 2004. Em meados de 2008, o montante de empréstimos em relação ao PIB norte-americano chegou a 150%.<sup>3</sup>

Com tais níveis de endividamento não é surpresa o crescimento das inadimplências. Foi o que aconteceu com a compra de residências financiadas por crédito hipotecário fornecido por bancos e empresas de investimento. Deixando de pagar suas dívidas, as famílias tiveram de devolver os imóveis a seus credores, que tentaram vendê-los de novo apelando, até mesmo, para clientes com baixa ou duvidosa capacidade de pagamento, o que agravou ainda mais o prejuízo desses credores, entre eles grandes e tradicionais instituições financeiras, como Lehman Brothers, Merrill Lynch, City Group, America West Bank etc., assim como Fannie and Freddy, Bear Stearns, American Home Mortgage Investment etc. Além disso, com a queda nas vendas, empresas construtoras e imobiliárias tiveram de diminuir ou até mesmo interromper suas obras, o que gerou a impressionante redução dos investimentos residenciais já mencionada.

Para complicar mais a situação de sua economia, os Estados Unidos acumularam déficits em seu comércio internacional durante toda a década de 2000. Perde-

---

3 Dados extraídos da revista *Carta Capital* de 23 de julho de 2008, p.42. A informação anterior consta do gráfico 2-A do artigo de David M. Kotz, “Contradictions of Economic Growth in the Neoliberal Era: Accumulation and Crisis in the Contemporary U.S Economy” (*Review of Radical Political Economics*, 2008, p.40), que mostra também a crescente participação do pagamento da dívida no orçamento familiar.

ram parte do mercado até em setores que antes dominavam, como o de automóveis. Isso significa que os norte-americanos estavam deixando de realizar (comprar) em seu país parte de sua própria produção em troca de produtos estrangeiros. Em 2008 as importações diminuíram mas os esforços para ampliar as exportações não deram bom resultado, chegando a decrescer bastante no último trimestre (-23,6%) e nos dois primeiros trimestres de 2009 (-30% e -7%), devido, principalmente, ao fato de os outros países também estarem enfrentando uma crise.

Os atuais governantes norte-americanos, empossados no início do corrente ano já em plena crise, vêm propondo um conjunto de medidas na tentativa de superá-la: acabar ou reduzir a orgia dos setores financeiros, mudar a política tributária, renovar a tecnologia da indústria automobilística etc.

Os resultados são incertos e os economistas e políticos mais precavidos evitam fazer previsões. A única certeza até agora é o crescente endividamento do governo para ajudar financeiramente as empresas: a dívida pública de agora, de mais de US\$ 6 trilhões (equivalentes a 44% do PIB) deve continuar subindo.

## **Conclusão**

O sistema capitalista é pleno de contradições, mas vamos falar de apenas uma delas, fundamental para explicar o permanente comportamento cíclico de sua economia, periodicamente agravado por crises. Trata-se da contradição entre a *criação* e a *realização* da produção, ou seja, entre a capacidade efetiva ou potencial de gerar produtos e a insuficiência de demanda para absorvê-los.

As economias capitalistas desenvolvidas como a dos Estados Unidos dispõem de uma supercapacidade produtiva, o que limita suas alternativas de investimento (a não ser em casos de substituição de equipamentos por motivos de inovação tecnológica), levando-as a buscar outros caminhos: investir em países estrangeiros ou deslocar suas aplicações para atividades não produtivas – em especial para os setores financeiros que também geram ou podem gerar lucros – ou as duas coisas ao mesmo tempo. Outra possibilidade seria não investir e, sim, gastar mais recursos na compra de bens de consumo, mas essa é uma hipótese puramente ilusória, porque mesmo o consumo de luxo tem limites.

Assim, a solução seria o aumento das vendas para as outras classes sociais e para o Estado. Para gastar mais, o Estado precisa arrecadar mais impostos, o que teria a desaprovação de todas as classes sociais, porque reduz, de modo direto e indireto, suas rendas; ou o Estado precisa vender títulos de dívida, o que, para os capitalistas, corresponde a uma forma rentável e segura de aplicação financeira e, portanto, tem sua aprovação. Mas o Estado também tem limites de gastos em situações normais, a não ser em períodos de depressão e crise econômica ou de expectativa bélica, o que se tornou constante nos Estados Unidos, mas cumpre o importante papel de ampliar a demanda, o que é sempre bem-visto pelos capitalistas.

O aumento de vendas para as outras classes sociais conta com três elementos de apoio. Um deles é a formação de uma consciência ou atitude consumista

nessas classes, a qual mereceria uma análise aprofundada levando em conta, até mesmo, a influência da alienação política e social. Outro elemento é a avassaladora propaganda comercial, em geral associada ao lançamento no mercado de velhos produtos com nova aparência e de novos produtos resultantes de inovações tecnológicas (principalmente eletrônicas), inclusive estimulando a permanente substituição de produtos por seus similares mais recentes. O terceiro elemento é a criação de diversas modalidades de empréstimos (entre as quais o popular cartão de crédito), cada vez mais acessíveis a todas as classes sociais, o que provocou a extraordinária expansão das dívidas pessoais em relação a suas rendas (como já mostrado anteriormente).

Mas, como a atual crise está mostrando, todas essas medidas para expandir a demanda não solucionam o problema, embora possam ocultá-lo (como ocorreu em 2007 quando já havia sinais de crise) por algum tempo ou diminuir sua magnitude. Uma alternativa mais efetiva seria a de melhorar a distribuição de renda favorecendo as classes de menor poder aquisitivo; por exemplo, reduzindo os impostos incidentes sobre elas e aumentando os tributos sobre os ricos, elevando o salário mínimo oficial e estimulando a criação de novos empregos e a preservação dos existentes. Mas essas medidas são viáveis? Para isso seria necessário eliminar os radicais princípios do liberalismo econômico e convencer os capitalistas. E aqui a pergunta se repete: isso é possível? Mesmo que sim e mesmo que efetivamente implantadas, essas medidas são apenas paliativas, com grande possibilidade de serem posteriormente abolidas quando o capitalismo entrar em nova fase de expansão.

A atual crise não significa que o capitalismo está agonizando ou irá mudar radicalmente. Outras crises virão na trajetória dos ciclos, a não ser que fenômenos de fora da esfera econômica intercedam.